



**Bloco**  
de Esquerda

# O BLOCO COMO ALTERNATIVA SOCIALISTA

MOÇÃO APROVADA NA IV CONVENÇÃO DO BLOCO DE ESQUERDA

#6  
EDIÇÕES DO BLOCO  
MAIO 2005



# *O Bloco como Alternativa Socialista*

*Moção de Orientação aprovada na  
IV Convenção do Bloco de Esquerda  
7 e 8 de Maio 2005*

Tendo obtido em Fevereiro de 2005 o seu maior resultado eleitoral, o Bloco tem hoje a responsabilidade e a confiança de centenas de milhares de mulheres e homens que exigem uma política de esquerda que contribua corajosamente enfrentar o desemprego, a injustiça fiscal, as discriminações. O Bloco é fiel a esse compromisso.

Uma forte esquerda popular, pluralista, democrática, é a condição necessária para responder à crise da direcção da sociedade portuguesa. A estratégia do Bloco é lutar pela maioria.

A IVª Convenção do Bloco escolhe o caminho: um movimento mais amplo, mais implantado, mais representativo, mais organizado, mais combativo – uma alternativa socialista para o país.

### DOZE TESES

**Tese 1:** A política mundial está marcada pela segunda vitória de George W. Bush, que representa a força do partido da guerra e garante o predomínio militar e político da Casa Branca no sistema imperial. A vitória nas eleições presidenciais norte-americanas é o sinal para novas ofensivas reaccionárias em todos os domínios da vida social.

**Tese 2:** A política da “guerra infinita” é a condição da liderança mundial do império mais poderoso da história. E o neo-liberalismo é a expressão do capitalismo realmente existente, impondo a apropriação mercantil do trabalho, da vida, da cultura e do ambiente. A sua prioridade é garantir novos lucros através da renda da privatização dos serviços e bens públicos. Esta é a forma mais agressiva do capitalismo, e é irreformável.

**Tese 3:** A globalização neo-liberal é um regime social repressivo, discriminatório, xenófobo e anti-democrático, que tem a sua expressão no *Arquipélago Guantanamo*. Só uma esquerda anti-capitalista global pode enfrentar o partido da guerra e da exploração.

**Tese 4:** O nascimento do partido da paz contra a guerra do Iraque foi a maior mudança política mundial do início do século. A construção de uma esquerda global é uma prioridade e o Bloco continuará a desenvolver a sua acção nesse sentido.

**Tese 5:** O custo social da crise na Europa é inaceitável: 20 milhões de desempregados, 70 milhões de pobres e milhões de imigrantes excluídos da condição de cidadãos. A Europa do Directório é uma União contra a própria ideia de Europa.

**Tese 6:** Se for aprovado, o Tratado Constitucional europeu consumará a deriva anti-social das instituições europeias e blindará o futuro. No referendo e nas alianças na esquerda europeia, o Bloco

bate-se pela sua rejeição. Porque queremos uma Constituição que nasça da democracia e de um projecto europeu de pleno emprego e direitos sociais.

**Tese 7:** A emergência do populismo é um sintoma da crise de hegemonia das classes dominantes nos EUA e na Europa. Em Portugal, o fracasso do populismo, que culminou o período da decadência, desagregação e colapso da maioria PSD-PP, deu lugar a nova eleição e à formação do governo PS com maioria absoluta.

**Tese 8:** Depois de uma longa fase de modernização conservadora, de Cavaco Silva a António Guterres, predominou a ofensiva liberal, que agravou a injustiça fiscal, acentuou a precarização do trabalho e clandestinizou os imigrantes, ao mesmo tempo que manteve o ritual de humilhação das mulheres por via dos julgamentos por aborto. A nova maioria absoluta PS promete o continuismo nas políticas económicas e financeiras e não a mudança que é necessária.

**Tese 9:** O Bloco de Esquerda é uma força anti-capitalista com crescente expressão social em Portugal. A nova esquerda é uma força emancipatória contra a exploração do trabalho, a desigualdade e as discriminações sociais e de género e a pilhagem dos recursos públicos.

**Tese 10:** O objectivo estratégico do Bloco de Esquerda é a luta pelo socialismo, e este exige a conquista da maioria social através de uma profunda modernização e recomposição no campo popular da esquerda.

**Tese 11:** O Bloco disputará as eleições municipais promovendo a apresentação de candidaturas de alternativa que sejam portadoras de propostas estratégicas para a vida nas cidades e para o desenvolvimento do mundo rural. Nas eleições presidenciais o Bloco promoverá uma candidatura própria, para alargar a clarificação na esquerda e a discussão acerca das grandes opções de futuro sobre o modelo de desenvolvimento e as políticas europeias.

**Tese 12:** A construção do Bloco de Esquerda como corrente socialista de grande influência popular exige um nível superior de organização e activismo de base. Eis a tarefa que decorre desta Convenção: criar uma nova cultura de organização, uma estrutura de trabalho descentralizada e eficiente, que responda à participação de milhares de novos aderentes. A condição para esse crescimento é a defesa do movimento como uma democracia plural, aberta à crítica e procurando aprender e viver nas lutas sociais.

**DOZE TESES E RESPECTIVOS ARGUMENTOS**

*I*

*O abismo da globalização  
neo-liberal*

**TESE 1** *A política mundial está marcada pela segunda vitória de George W. Bush, que representa a força do partido da guerra e garante o predomínio militar e político da Casa Branca no sistema imperial. A vitória nas eleições presidenciais norte-americanas é o sinal para novas ofensivas reaccionárias em todos os domínios da vida social.*

**ARGUMENTO 1:****A SEGUNDA VITÓRIA DE G.W. BUSH DECORRE DO AVANÇO DA GLOBALIZAÇÃO MILITAR E DA POLÍTICA DA GUERRA INFINITA**

“Os EUA possuem uma força e influência mundial sem precedente e sem igual” – assim começa o Relatório sobre a Estratégia Nacional de Segurança dos EUA, publicado logo após o primeiro aniversário do 11 de Setembro. De facto, esta força não tem comparação com a de qualquer outro império na época contemporânea ou no passado mais distante.

Esta supremacia tem uma história. Depois dos EUA terem assegurado ao longo do século passado um controlo político que decorria do domínio económico e militar, venceram a guerra-fria. O colapso do regime soviético a partir de 1989 abriu um vazio que foi preenchido pela mais forte das potências ocidentais. Esta hegemonia político-militar assegura hoje o domínio universal do capitalismo industrial e financeiro através da globalização neo-liberal.

Ainda a Segunda Guerra não tinha acabado e já se iniciara a preparação de uma nova ordem monetária, confirmando a supremacia do dólar como moeda de referência. Os EUA passavam a poder usar a sua política monetária de modo a que, no longo prazo, o mundo inteiro financiasse o seu desenvolvimento. A supremacia adquirida aumentou com o fim da guerra-fria: só os Estados Unidos tinham, simultaneamente, capacidade de precipitar a transição económica dos países de Leste e estender a sua influência militar à periferia da Rússia, ao Médio-Oriente, à Ásia Central e ao Mar Cáspio.

Bush pai e Clinton deram a esta política o aspecto de um “militarismo humanitarista”. Usaram exaustivamente o argumento dos direitos humanos para retomarem a iniciativa, procurando neutralizar uma opinião pública que, depois do Vietname, rejeitava novas aventuras coloniais. Começou-se assim a desenhar uma nova “constituição internacional” autorizando a acção “preventiva” como extensão legítima da força imperial dominante. G.W. Bush aproveitou os atentados terroristas de 11 de Setembro para desencadear a guerra contra o Afeganistão e colocar em marcha a operação de ocupação do Iraque e redesenho do Médio e Próximo Orientes, propagando o “choque de civilizações”.

A estratégia de “guerra infinita” contra o “Mal” procura garantir o lugar central do império norte-americano, o único com força e dimensão para agir em qualquer parte do mundo. Mas, sobretudo, os EUA são o único país do primeiro mundo onde a relação de forças social permite um tão amplo consenso entre as elites dominantes acerca da política da guerra, apesar do contraste com a divisão profunda na

**A  
PARTICULARIDADE  
DA FORMAÇÃO  
SOCIAL  
NORTE-AMERICANA**

sociedade e a emergência de movimentos sociais e políticos críticos, que são fundamentais para enfraquecer o Império.

A razão profunda para este consenso entre as elites dominantes é a genética social da formação dos EUA como Estado: um território continental de imigração recente, em que as relações sociais se construíram sem um passado pré-capitalista e que se impuseram pela destruição total das comunidades indígenas. Os EUA vivem desde o início sob a égide de um capitalismo agressivo em expansão rápida e assente num individualismo extremo que precisou de religiosidades fanáticas para disciplinar os comportamentos. G.W. Bush representa o lado expansionista e moralista dessa aventura que começou por expandir a sua fronteira interna até ao Pacífico e que hoje usa os mesmos meios de força - as armas e os capitais - tomando o planeta como cenário de intervenção.

Não é inédito que um império procure tal poder, mas é certamente a primeira vez que esse esforço é tão bem sucedido: os EUA dividem o mundo em cinco comandos chefiados por generais de quatro estrelas comandando centenas de milhares de soldados instalados em 137 países, uma extensão de força incomparável com qualquer império do passado. Esta supremacia militar, política e tecnológica não tem rival directo.

## **AS VULNERABILIDADES DE WASHINGTON**

A força deste Império é, contudo, vulnerável.

A primeira vulnerabilidade decorre da recessão da economia mundial após o fim da bolha especulativa na viragem do século, a mais intensa que a história do capitalismo registou. Em Wall Street evaporaram-se para cima de 7 mil milhões de dólares da capitalização das empresas na bolsa. Mais, em percentagem do PIB, do que acontecera com a grande crise de 1929.

A segunda vulnerabilidade económica é a queda prolongada da taxa de poupança das famílias a par do aumento sustentado de um consumo artificialmente mantido por importações baratas de produtos asiáticos. A satisfação dos consumidores norte-americanos depende hoje do predomínio político dos EUA no controlo da economia internacional.

A terceira vulnerabilidade é o endividamento externo dos EUA e a dependência em relação ao financiamento por alguns dos seus principais adversários estratégicos, em particular a China. A economia norte-americana precisa de dois mil milhões de dólares por dia para pagar o seu défice. Este é o preço que o mundo paga para sustentar a “protecção” do império. Mas, ao mesmo tempo que afirma a sua dominação, a economia do Império está a ser comprada, aos poucos, pela concorrência.

Finalmente, a quarta vulnerabilidade é o aumento do déficit orçamental, um poço sem fundo ante a incapacidade de resolver a aventura no Iraque. Ao contrário da primeira guerra do Golfo, quase totalmente paga pelo Koweit, Japão, Alemanha e Arábia Saudita, a ocupação do Iraque é muito mais cara e é suportada por Washington.

Perante as dificuldades, G.W. Bush usa a receita que resultara com Reagan: a depreciação do dólar, exportando a crise para outros países. Mas a solução cria novos problemas, em particular porque a China tem a sua moeda atrelada ao dólar e não é prejudicada pela depreciação. Cria-se, assim, um ciclo vicioso de novo tipo: a alta intensidade do consumo dos norte-americanos é sustentada pela importação de produtos chineses e asiáticos; e os lucros que essas empresas e países obtêm no comércio são aplicados na compra de títulos da dívida pública americana. Este fluxo de capitais asiáticos mantém os juros baixos nos EUA e sustenta a sua procura interna.

A economia europeia é a sacrificada deste jogo, até porque mantém o euro sobrevalorizado em relação ao dólar. A longo prazo, no entanto, é a estabilidade do sistema financeiro internacional que fica em xeque, porque o país mais poderoso é também o mais endividado e, sobretudo, não tem forma de pagar a sua dívida. O império tem pés de barro.

Por outro lado, este modelo não evita a degradação das taxas de rentabilidade da indústria, que se agravam desde 1997. A consequência é o desemprego. G.W. Bush é o primeiro Presidente, desde 1945, que se reelege tendo provocado 2 milhões de desempregados.

O mundo vive uma situação historicamente inédita: é a primeira vez que o imperialismo dominante depende absolutamente do exterior. É a primeira vez que a economia dominante não é exportadora de capitais mas, pelo contrário, depende do fluxo de entradas para financiar a sua acumulação, o seu consumo, e ainda reproduzir a base tecnológica da sua superioridade.

**TESE 2** *A política da “guerra infinita” é a condição da liderança mundial do império mais poderoso da história. E o neo-liberalismo é a expressão do capitalismo realmente existente, impondo a apropriação mercantil do trabalho, da vida, da cultura e do ambiente. A sua prioridade é garantir novos lucros através da renda da privatização dos serviços e bens públicos. Esta é a forma mais agressiva do capitalismo, e é irreformável.*

**ARGUMENTO 2:**

**AS FORÇAS DO IMPÉRIO SÃO TAMBÉM AS SUAS FRAQUEZAS**

A concentração de capitais nos EUA só se sustenta enquanto a sua Administração for líder incontestada do mundo. As armas são o penhor da confiança no comando político. E a guerra infinita é a estratégia que permite ao Império fazer da fraqueza a sua força.

Jamais esta realidade se poderia justificar aos olhos da opinião pública. Por isso, a guerra foi apresentada, primeiro, em nome do direito à “auto-defesa” e agora como “exportação da democracia e da liberdade”. Não há, nesta ideologia, ponta de novidade. Há, simplesmente, a actualização do “fardo do homem branco” - colonizador e civilizador dos povos indígenas que ignoram os milagres do mercado. Mas existe uma mudança de alvo. Ao longo do segundo quartel do século XX, a existência de inimigos externos suficientemente poderosos para serem ameaçadores, como a URSS, era uma garantia da estabilidade das alianças dirigidas pela Casa Branca. Actualmente, esse inimigo desapareceu e foi substituído pelo “eixo do mal”, designação de geografia variável ao serviço dos interesses da nova cruzada, utilizando o terrorismo com justificação.

O predomínio do modelo neo-liberal constitui uma modificação importante no plano internacional. De facto, só desde 1979 se começou a impor a política de liberalização da circulação de capitais, com Thatcher e Reagan. Com ela, iniciou-se um terramoto social que colocou em crise o Estado-nação, o quadro institucional em que se definia a estabilidade do processo de acumulação e a conflitualidade social.

## **AS MODIFICAÇÕES IMPOSTAS PELO NEO-LIBERALISMO**

A democracia representativa, enquanto expressão do jogo de pressões entre os sectores populares e as classes dominantes, remetia – e remete ainda – para essa dimensão territorial. Sucede que a globalização neo-liberal subverte o Estado-nação como modo da política, como identidade do espaço cultural e como base da representatividade, sem que se criem novas instituições de democracia internacional.

O neo-liberalismo representa ainda outra mutação social: destrói a promessa de universalidade no acesso ao consumo que o fordismo anunciara. As elevadas taxas de desemprego permanente, a clandestinidade de boa parte da imigração e, fundamentalmente, a mercantilização dos serviços públicos que constituíam parte do salário indirecto e do reconhecimento social dos trabalhadores – anunciam o fim dessa promessa. O neo-liberalismo é uma máquina de guerra social e exploração do trabalho que exclui, despreza e marginaliza os novos pobres que engendra.

O neo-liberalismo, que expressa um total desprezo pelos acordos internacionais de defesa do ambiente - de que o Protocolo de Quioto é o exemplo mais recente - não hesita em criar e utilizar os mecanismos económicos, sociais e políticos que lhe permitem rentabilizar em proveito próprio os recursos naturais mundiais, contribuindo para o agravamento das desigualdades mundiais e o bloqueio ao desenvolvimento dos países pobres.

O neo-liberalismo, ao restringir o consentimento em que se baseava a ordem das sociedades desenvolvidas do pós-guerra, atinge a base de sustentação da democracia representativa - o consumo crescente, o acesso ao emprego e aos serviços públicos fundamentais.

Uma nova ordem internacional tutela, assim, a crise de credibilidade dos regimes nacionais e regionais. Com efeito, as instituições internacionais do século XX, ou entraram em crise profunda – caso da ONU – ou se reforçam enquanto instâncias autoritárias da nova ordem – casos da Organização Mundial do Comércio, do FMI e do Banco Mundial. Da convergência entre os interesses dos EUA e os comportamentos das instituições económicas internacionais nasceu o “Consenso de Washington”: liberalização dos investimentos, privatizações, políticas orçamentais restritivas, cortes na despesa social, na supressão de subvenções a produtos de primeira necessidade, desvalorização das moedas dos países menos

desenvolvidos e estrangulamento pelo serviço da dívida externa.

Qualquer processo de democratização desta ordem internacional ou inflecte o sentido das escolhas políticas, provocando rupturas, ou não democratiza.

**O CONTINUISMO  
COMO MODO DA  
POLÍTICA**

A livre circulação do capital e a presença onipotente do capital financeiro, uniformizam os modos de governação no quadro das sociedades capitalistas desenvolvidas. Este o sentido dos quadros normativos internacionais, das regras da OMC ao Pacto de Estabilidade e Crescimento da UE, fazendo lei acima da lei e decidindo pelos governos, para que estes se possam justificar com as decisões tomadas “lá fora”.

Os sistemas políticos que usavam a alternância como forma de reduzir tensões, passam a viver condenados à uniformidade. Os governos e a governação tornam-se independentes dos compromissos eleitorais. O continuismo das políticas subordinadas à lógica liberal é a lei não escrita do exercício contemporâneo do poder. E é o problema que governos tão distintos como os de Jospin em França ou Lula no Brasil não conseguiram resolver.

*A globalização neo-liberal é um regime social repressivo, discriminatório, xenófobo e anti-democrático, que tem a sua expressão no Arquipélago Guantanamo. Só uma esquerda anti-capitalista global pode enfrentar o partido da guerra e da exploração.*

**TESE 3**

**ARGUMENTO 3:**

**A GLOBALIZAÇÃO NEO-LIBERAL É UM GIGANTESCO FIASCO.**

Do final da II Guerra Mundial à crise de 1973-4, tudo se conjugou para tornar possível um longo período de expansão. Mas, na viragem para os anos 70, os “30 anos de glória” estavam esgotados: as taxas de lucro reduziam-se, o preço do petróleo subia, a estabilidade financeira internacional foi posta em causa e a liderança americana foi atingida pela demissão de Nixon e pela derrota do Vietname. Seguiu-se um longo período de crise no processo de acumulação de capital. O facto do liberalismo, um passadismo virado para a reposição das relações sociais do século XIX, ter ressuscitado nos tempos modernos, comprova a profundidade da reestruturação necessária ao restabelecimento dos níveis de rentabilidade entretanto perdidos.

Vinte e cinco anos mais tarde, o resultado desta política é um gigantesco fracasso: taxas de crescimento medíocres, colapsos de regime como na Argentina, empobrecimento de continentes como a África, explosão do desemprego, corrupção generalizada e precarização da vida de milhões de homens e mulheres. O neo-liberalismo e o “Consenso de Washington” confirmaram-se como doutrinas de guerra social, em nome da abertura de novos mercados de rentabilidade garantida à iniciativa privada – os da saúde, educação, cultura, serviços urbanos e pensões.

O capitalismo actual é global - universalizou a cadeia de valor - e predador - nada lhe é estranho, da apropriação dos conhecimentos à monopolização de todas as riquezas produtivas, energéticas, financeiras ou cognitivas. Tudo é mercado, tudo é capital, tudo está sob o seu poder. O século XXI dos liberais é o paraíso do rentismo social.

E no entanto... é evidente a sua própria fragilidade. Há hoje mais trabalhadores assalariados no mundo inteiro, e a transformação deste trabalho numa pura variável dependente da concorrência e da competitividade, gera resistências sociais profundas. O Trabalho cresce, como crescem a sua precariedade, a pobreza e as migrações do desespero. Segundo o relatório de 2004-5 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) há hoje cerca de 1,4 mil milhões de pessoas abaixo do limiar da pobreza e mais de 189 milhões de desempregados registados, sendo muito mais os que “não têm emprego decente e produtivo”. A pobreza aumenta enquanto cresce a riqueza.

Em segundo lugar, a crise económica regressou, com uma recuperação medíocre em 2004 e a perspectiva de um crescimento muito lento em 2005. A crise económica reivindica Marx: resultado da sobreprodução, a recessão é a expressão de uma crise económica clássica. E a crise é a forma de reconstituição da dinâmica deste “capitalismo tardio” que mercadoriza as relações sociais como nunca antes ocorrera. Mas o facto de liquidar o papel estratégico dos Estados na satisfação das expectativas e exigências de qualidade e sustentabilidade da vida em sociedade, multiplica os factores de conflitualidade e os caminhos de construção de uma alternativa de civilização. Ao mesmo tempo, o poder de empresa transnacionais tem crescido, acentuando as estratégias de deslocalizações e os ataques aos direitos sociais dos trabalhadores.

A terceira contradição é a que decorre da insustentabilidade de uma ordem mundial em que o poder militar é a condição do poder político e contrapartida da sua vulnerabilidade económica. A ilustração mais expressiva deste “admirável mundo novo” é o *Arquipélago Guantanamo* - a afirmação de um direito de excepção permanente e absoluto do mais forte, ao ponto de determinar a fronteira da inclusão e exclusão na humanidade. 660 presos na base militar de Guantanamo, a maior parte dos quais sem acusação, mais de três anos depois de terem sido presos, e que podem ser julgados e condenados à morte sem direito a defesa ou a recurso, são bem a ilustração de tudo o que é preciso mudar nesta civilização predadora dos direitos.

As guerras dos dias de hoje não são só operações de “choque e pavor” e cruzadas pelo petróleo. Por isso, a nossa disputa com o capitalismo contemporâneo é internacional e multifacetada, tocando todos os domínios da vida de que aquele se procura apropriar.

*O nascimento do partido da paz contra a guerra do Iraque foi a maior mudança política mundial do início do século. A construção de uma esquerda global é uma prioridade e o Bloco continuará a desenvolver a sua acção nesse sentido.*

#### **ARGUMENTO 4:**

#### **A CONSTRUÇÃO DE REDES DE COOPERAÇÃO E MOVIMENTO EM RESPOSTA À REELEIÇÃO DE G.W. BUSH É PRIORITÁRIA PARA A ESQUERDA**

Perante a reeleição de Bush, a mobilização internacional contra a globalização capitalista está perante a necessidade de uma redefinição.

É certo que o movimento contra a guerra do Iraque, o primeiro movimento mundial contra o Império, foi bem o exemplo da mobilização que é necessária contra a devastação liberal e as ameaças que anuncia o segundo mandato de G.W. Bush. Mas a verdade é que esta “nova potência mundial” ainda não teve força para evitar a guerra, e esse facto pesa sobre as capacidades de mobilização actuais.

É igualmente verdade que os Fóruns Sociais, mundiais e regionais, criaram uma nova rede de comunicação e de acção entre sectores políticos e sociais muito vastos, operando simultaneamente uma viragem na cultura das esquerdas. A derrota das hierarquias tradicionais onde os partidos subordinavam e instrumentalizavam movimentos sociais, é o principal aspecto dessa mudança positiva. Apesar da ruptura com esse passado, o “movimento dos movimentos” procura ainda, por aproximação, tentativa e erro, os acertos que lhe permitam encontrar as capacidades de resposta mais democráticas e eficazes às ofensivas do Império.

O caminho realizado nestes anos e a recomposição de forças que permitiu foi extraordinário. Mas o movimento precisa hoje de obter resultados, vitórias parciais que permitam o alargamento da sua base de apoio, dos activismos e de se projectar como alternativa civilizacional em escala global.

Nesse sentido, o Bloco prossegue o seu esforço para promover iniciativas e campanhas contra a ocupação do Iraque pelas tropas da coligação liderada pelos EUA e de apoio à luta do povo iraquiano pela libertação do seu país.

O Bloco apoia os passos dados no sentido de mundializar, continentalizar e tematizar o movimento dos Fóruns, procurando processos de trabalho que permitam passar da mera coordenação de agendas, a estratégias continuadas de proposta e acção alternativas. Os activistas sociais que se reconhecem no Bloco de Esquerda contribuem para este reajustamento, defendendo a democracia nas instâncias do movimento, a sua abertura, pluralidade e independência.

Há uma dimensão nacional neste processo que não se encontra resolvida: a ruptura com a cultura das “correias de transmissão” - corporizada sobretudo pelo Partido Comunista – que é ainda significativa e dominante no movimento operário. O peso desta tradição enfraquece a força emancipatória das lutas de massas, queima energias, liquida radicalidades e bloqueia capacidades de inovação nas esquerdas. Esta tradição pesa negativamente sobre a urgência de construção de uma nova esquerda anti-capitalista, de crítica e alternativa civilizacional à globalização neo-liberal.

A nova esquerda, de que o Bloco é expressão em Portugal, é geneticamente alter-global e contribui hoje, na pluralidade das suas expressões, para o fim do mapa político herdado do pós-guerra. Mas a queda de referenciais como o dos partidos comunistas tradicionais e a social-liberalização dos partidos socialistas, abre um território de confronto que não pode ser entregue ao protagonismo populista das novas direitas.

As novas esquerdas devem aliar a máxima exigência cultural no confronto de ideias, com a capacidade de construir plataformas maioritárias e plurais de resistência ao militarismo e à privatização dos sistemas de protecção social e dos serviços públicos. A esquerda socialista empenha-se nessa luta popular, apresenta alternativas, mobiliza forças e imaginação porque pode e deve fazer tudo para vencer. E deve fazê-lo estabelecendo laços e cumplicidades com forças sociais e políticas diversas, procurando clarificações estratégicas através da experiência.

Estamos no tempo em que é necessário criar plataformas muito amplas de cooperação e discussão a nível internacional, e assim fará o Bloco de Esquerda.

# II

## *A Europa prisioneira de uma Constituição anti-europeia*

*O custo social da crise na Europa é inaceitável:  
20 milhões de desempregados, 70 milhões de pobres e  
milhões de imigrantes excluídos da condição de cidadãos.*

*A Europa do Directório é uma União  
contra a própria ideia de Europa.*

**TESE 5**

### **ARGUMENTO 5:**

#### **AS LIDERANÇAS EUROPEIAS SUBMETEM-SE À LEI DO MAIS FORTE.**

A recente visita de G.W. Bush ao velho continente selou a aproximação entre as principais lideranças dos dois lados do Atlântico. Era previsível. A vitória provisória do partido da guerra sobre o partido da paz é o factor decisivo. Ele está na origem, quer da reeleição do presidente norte-americano, quer da aceitação da guerra como forma “realista” e “inevitável” da política pelas lideranças europeias.

É facto que a ocupação do Iraque é um imenso atoleiro e que na Europa se sabe que não há solução para a escalada do terror sem que uma data para a retirada das forças de ocupação seja colocada na agenda. Mas os líderes europeus que tiveram a lucidez de se afastar da senda guerreira, entraram em

pânico ante a perspectiva de prolongarem no tempo o esfriamento das suas relações com Washington.

É igualmente verdadeiro que as votações no Iraque, se cristalizaram a fragmentação comunitária do país, paradoxalmente, expressaram – seja pelo voto na aliança vencedora, seja pela abstenção no país e em particular no triângulo sunita – a vontade da maioria em libertar-se da ocupação. Mas para uma Europa sem política externa própria - e refém dos seus próprios atlantistas - é bem mais fácil olhar para o quadro do Médio e Próximo Orientes como uma “Primavera laranja” do que enfrentar as realidades.

Neste realinhamento, quem perde é a própria ideia de Europa. Ao contrário do que as chancelarias querem fazer crer, G.W. Bush não regressou ao multilateralismo. Precisa é da sua ficção para a sobredose de pressão e ingerência que decidiu colocar sobre os Estados da região. Esta estratégia tem a vantagem de ocultar aos olhos da opinião pública o facto de nenhum problema sério ter sido resolvido pela aventura nas terras da antiga Mesopotâmia. E é a oferta que Washington faz a Bruxelas em troca do realinhamento europeu pelo partido da guerra.

As lideranças europeias aceitaram o presente envenenado também por um conjunto de factores internos. Por um lado, a derrota de Aznar em Espanha não compensa o reforço dos atlantistas na União, a mais imediata das consequências do último alargamento para 25 Estados membros. Por outro lado, os que se distanciaram da lógica de guerra nunca tiveram uma estratégia alternativa comum que pudesse vingar. Têm interesses contraditórios, decorrentes das respectivas heranças coloniais e encontram-se amarrados a um processo de construção europeia que, orgânica e substantivamente, impede uma projecção mundial da Europa independente da lógica de Washington. Organicamente, a União só existe no Mundo por via da unanimidade dos seus governos – ou seja, não existe; substantivamente, pelo menos desde Maastricht, rendeu-se à lógica liberal da “competitividade” medida pelos padrões do “Consenso de Washington”.

## **OS LIMITES DO EURO E O PACTO DE ESTABILIDADE**

O liberalismo reemerge na Europa durante os anos 80. Mas as políticas que então ensaiou ocorreram ainda em contexto de crescimento e a resistência social levou de novo os partidos socialistas ao poder na viragem para os anos 90. O Tratado de Maastricht, o Tratado do monetarismo, expropriou a vontade de mudança expressa em sucessivas eleições. Impôs uma moeda que, embora referência nos pagamentos internacionais, não substitui o dólar; e em nome dessa centralização monetária e cambial, impôs políticas fortemente recessivas por via da política de défice zero e compressão das dívidas públicas.

Dez anos depois, a crise económica é generalizada, imparável a vaga de desemprego e extensiva a precarização das relações de trabalho. A principal expressão de Maastricht, o Pacto de Estabilidade e

Crescimento (PEC), impôs ainda drásticas reduções nas obrigações de protecção social, enfraqueceu os sistemas e serviços públicos e transferiu para as classes dominantes, sob a forma de isenções fiscais, subsídios, dotações e privatizações, enormes recursos públicos.

Desta década, a União - que assistiu ao fim do bloco de Leste e se alargou a 25 países - não conseguiu afirmar uma alternativa, nem sequer no plano monetário, onde é mais forte.

O euro ainda não é uma moeda de reserva que substitua o dólar nem tem hoje condições para o vir a ser. Quem obtenha a superioridade na regulação monetária dos mercados é, ao mesmo tempo, obrigado a assegurar a circulação planetária da moeda de reserva e a estabilidade global do sistema financeiro. Ora, a Europa de Maastricht - e a que se plasma na proposta de Tratado Constitucional - não pode responder a esses critérios: nem o Banco Central Europeu tem autoridade para ser emprestador em última instância; nem o PEC permite à economia responder flexivelmente à recessão e retomar o crescimento.

Entretanto, o modelo liberal progrediu substancialmente na Europa.

Na Alemanha e em França, as reduções do tempo de trabalho estão a ser revertidas. Em Inglaterra e na Alemanha, a privatização da segurança social avançou muito, apesar da falência de vários fundos de pensões privados. Em Itália e na Bélgica foi abolida a escala móvel de salários. Em Espanha e em França, os grandes bastiões do movimento sindical foram duramente atingidos pela destruição do emprego. Em Inglaterra, o modelo das parcerias público-privado substituiu o investimento público, como passo prévio a uma futura privatização de hospitais e escolas.

Já com todos os sintomas à vista, a presidência portuguesa de António Guterres (1999), aprova um documento – a Estratégia de Lisboa – que havia sido preparado pelas equipas de Blair e Aznar. O seu objectivo não podia ser mais ambicioso: fazer da Europa “a economia mais competitiva do planeta até 2010”. Cinco anos mais tarde, a meio caminho da data anunciada, o fracasso não podia ser maior. Importa perceber porquê: para lá de belas palavras sobre “coesão social”, “ambiente” e “sociedade do conhecimento”, o único domínio onde a estratégia avançou foi o da liberalização e abertura de mercados à iniciativa privada. Por outras palavras, avançou na única vertente que não exigia investimento de recursos públicos.

A União Europeia tem-se vindo a transformar ao longo desta *década Maastricht*. Mas fá-lo insistindo, repetindo e agravando as receitas liberais do fracasso. A recente revisão da Estratégia de Lisboa

## **MAASTRICHT: O ASSALTO AO MODELO SOCIAL EUROPEU**

acentua a focalização de objectivos sobre os factores de competitividade, e não sobre os que fariam a diferença da economia europeia no mundo. Novas directivas, em particular a da liberalização dos serviços e a que altera os horários máximos de trabalho, se aprovadas, seguem na mesma direcção. Por outro lado, a revisão do PEC, longe de colocar o dedo na ferida – libertando das amarras do défice as despesas e investimentos geradores directos e indirectos de emprego qualificado – é, basicamente, uma operação destinada a colocar “dentro da lei” os países relapsos. Finalmente, a negociação das Perspectivas Financeiras para o período de 2007/2013 – essenciais para os países das periferias da União - decorre no quadro absurdo de uma União que se alargou a 10 novos países, mas a quem o Directório dos países mais fortes impõe a redução do peso do orçamento comunitário no conjunto da economia europeia.

Neste contexto, o discurso dos social-democratas sobre o modelo europeu de alternativa ao liberalismo dos EUA, é uma pura fantasia destinada a ocultar a imposição paulatina do liberalismo no interior da própria Europa.

Percebe-se agora melhor o realinhamento das lideranças europeias com Washington: em face da ordem económica da globalização, a sua escolha não é a da luta e das alianças para aproximar as regras mundiais das exigências sociais e ambientais a que o centro da Europa se habituou, mas exactamente o seu inverso – a capitulação em face da asiaticização e americanização das relações sociais. Quem escolhe a rendição à “força das coisas tal qual elas se apresentam”, evidentemente, não tem coragem para se opor às políticas de força norte-americanas.

*Se for aprovado, o Tratado Constitucional europeu consumará a deriva anti-social das instituições europeias e blindará o futuro. No referendo e nas alianças na esquerda europeia, o Bloco bate-se pela sua rejeição. Porque queremos uma Constituição que nasça da democracia e de um projecto europeu de pleno emprego e direitos sociais.*

**ARGUMENTO 6:****A CONSTITUIÇÃO DE GISCARD D'ESTAING É IMPOSTA CONTRA A EUROPA QUE, AFINAL, URGE CONSTRUIR.**

Apesar do “modelo social” estar a ser dilacerado e esgotado pelo avanço liberal, persiste uma subjectividade popular resistente, uma cultura de massas ancorada em tradições de luta e de organização de grandes movimentos sociais e um descontentamento generalizado em relação à precarização da vida e do trabalho. Nalguns países, como em Itália, em França e na Alemanha, os últimos anos têm revelado um notável reforço das capacidades de protesto e indignação populares. Nos países nórdicos, a defesa do Estado providência continua a mobilizar milhões de homens e mulheres e é esse facto que induz boa parte do seu cepticismo face às instituições europeias. Mas, globalmente, esta subjectividade não ganhou ainda corpo numa alternativa de esquerda europeia, que deve começar a partir do essencial: o desenvolvimento e a europeização dos serviços públicos estratégicos e uma política para o pleno emprego e as qualificações. A defesa dos serviços públicos prioritários e do carácter público dos bens essenciais, é o que vai decidir e definir a Europa nesta geração, como parte integrante e inseparável da democracia.

Para o Bloco, o combate para ganhar a maioria da população para um projecto europeu, é indistinguível da construção de uma alternativa de sociedade assente nos direitos sociais fundamentais. Esta a razão fundamental porque apelaremos ao voto Não no referendo de Outubro sobre o projecto de Tratado Constitucional.

O “Tratado que Estabelece uma Constituição para a Europa” é uma fraude que resulta de um processo de elaboração que reclama um título, o da Convenção, mas que constitui uma subversão da democracia porque os representantes foram nomeados pelos governos e pelos parlamentos, e não pelo povo. O seu conteúdo, em três domínios decisivos, não é melhor:

- Despreza, diminui ou desvaloriza o acervo de direitos mais importantes consagrados nas Constituições de quase todos os países europeus, harmonizando-os, em regra, “por baixo”. Saúde, Educação e Cultura continuam a ser domínios de cada Estado membro e onde a Europa abdica de ter políticas e recursos.

- Ao invés, em matéria de gastos militares e alinhamentos atlânticos, bem como nas disposições de natureza monetária e orçamental, é absolutamente taxativo nas regras e nos instrumentos que passam a blindar constitucionalmente as políticas que têm sido seguidas.

- Finalmente, o Tratado consagra uma arquitectura institucional onde a iniciativa legislativa é um privilégio exclusivo da Comissão e o legislador principal é o Conselho Europeu dos primeiros ministros, de acordo com um sistema de votos onde nada se pode decidir contra ou sem a concordância do “Directório” – o Reino Unido, a Alemanha, a França e a Itália.

A rejeição deste Tratado é a condição para o progresso da Europa. Dele está ausente qualquer visão de projecto europeu que não o do continuísmo dos actuais poderes políticos, económicos e militares. E o facto de só pode ser alterado por acordo de todas as partes, convoca o risco da sua eternização: os ganhadores não abandonarão o que agora conquistem com legitimidade constitucional. Porque este não é um tratado como os anteriores. Atribui-se a si mesmo uma dimensão refundacional, constituinte.

A ratificação deste tratado terá ainda como consequência reforçar as direitas extremistas que vêm polarizando um campo social que recorre à ideologia do nacionalismo e que toma a imigração como bode expiatório da crise social produzida pela década de Maastricht. Com efeito, uma Constituição que consagre os défices de democracia já existentes e até os agrave, é um campo de cultura fértil para todos os populismos. Mais do que triste, é trágico que esta escolha seja suportada por um “bloco central europeu” entre o Partido Socialista e o Partido Popular Europeus que se exprime também na Comissão Barroso, a mais liberal das últimas duas décadas - e que foi por isso rejeitada pelo Bloco de Esquerda no Parlamento Europeu.

Rejeitando categoricamente as posições que na esquerda advogam o recuo reaccionário para

inviáveis políticas proteccionistas dos Estados nacionais, o Bloco continua a defender uma refundação democrática e social da Europa que se exprima numa alternativa constitucional que defina o quadro democrático de cooperação entre as Nações e os grandes objectivos de uma Europa de pleno emprego e direitos sociais. Esse quadro democrático deve assentar em três pilares fundamentais:

- Uma arquitectura institucional onde o poder legislativo resida num sistema parlamentar em duas câmaras de eleição directa, sem prejuízo de plataformas de acção coordenada entre os países, que preservem a sua capacidade de decisão;
- A convergência das políticas económicas, fiscais e orçamentais para a criação de emprego e de qualificações, e o avanço em direcção a um sistema de protecção social a nível europeu;
- A consagração de uma Europa de cidadania cosmopolita, que responda aos limites do multiculturalismo, não com o isolamento, mas com a transculturalidade. Não queremos afastar o Mundo das nossas fronteiras nem “colonizar” a cabeça do outro: assumimos a mestiçagem de culturas como parte indissociável do projecto europeu.

O Bloco decide criar um Departamento Internacional com os seguintes objectivos de trabalho:

1) Representar e acompanhar o processo dos Fóruns Sociais a nível mundial e regional. Nele, defendendo o compromisso com quadros unitários, democráticos e plurais de funcionamento, que estimulem a construção de campanhas, novas agendas e propostas que projectem uma alternativa civilizacional à guerra e ao neo-liberalismo.

2) Dinamizar, em território nacional, as campanhas políticas internacionais em que o Bloco se envolva, ajudando a suprir o enorme défice de informação e mobilização que as esquerdas portuguesas apresentam neste domínio.

3) Apoiar a actividade parlamentar internacional do Bloco, em particular no Parlamento Europeu, no quadro do Grupo da Esquerda Unitária (GUE/NGL) e sem prejuízo de outras relações determinadas pela busca de convergências sobre objectivos comuns.

4) Alargar substancialmente a informação crítica sobre as políticas decididas em espaço europeu, nomeadamente para favorecer a articulação da intervenção política nacional e europeia, em particular

## **RESOLUÇÃO SOBRE A ACÇÃO INTERNACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA**

tendo em vista o referendo sobre o Tratado Constitucional.

5) Continuar a desenvolver as Conferências da Esquerda Anti-Capitalista Europeia (CEACE), de que o Bloco foi fundador em 2000, e que devem prosseguir como reuniões abertas a todas as correntes políticas com representatividade nas esquerdas de alternativa, procurando formas de cooperação para campanhas e propostas políticas em escala europeia.

6) Representar e participar plenamente no Partido da Esquerda Europeia, que inclui correntes com caminhos e identidades muito diversas, mas unidas na luta contra a guerra e o neo-liberalismo e na rejeição da NATO, bem como na rejeição do Tratado Constitucional a partir de um ponto de vista europeísta de esquerda. Como em relação às CEACE, esta cooperação far-se-á na garantia da autonomia de decisão e escolha estratégica de cada partido, e limitada às plataformas de entendimento que sejam obtidas.

7) Desenvolver contactos e cooperação com outros partidos e movimentos de esquerda alternativa, incluindo os dos países de língua portuguesa.

*A emergência do populismo na recomposição das direitas é um sintoma da crise de hegemonia das classes dominantes nos EUA e na Europa. Em Portugal, o fracasso do populismo, que culminou o período da decadência e desagregação da governação das direitas, deu lugar ao colapso da maioria PSD-PP, a uma nova eleição e à formação do governo PS com maioria absoluta.*

#### **ARGUMENTO 7:**

#### **O POPULISMO AGRAVA A CRISE DOS REGIMES POLÍTICOS E SOCIAIS EUROPEUS**

O cruzamento entre a globalização neo-liberal, a expansão totalitária dos mercados e a afirmação do autoritarismo institucional - da Casa Branca à actual proposta de Constituição Europeia - cria um grave vazio político e desloca a política. Não apenas corrói as formas de dominação tradicional nos países capitalistas desenvolvidos, como o continuismo das alternâncias governamentais e o distanciamento das burocracias europeias, convida ao absentismo e à individualização extrema das reacções, das críticas e das respostas.

A resposta a esta crise da política tem sido, em numerosos países, a afirmação de populismos de natureza diversa. Populismos de extrema-direita com raízes culturais xenófobas, como os de Haider e Le Pen; os que exploram capitais de queixa ou egoísmos regionais, como Alberto João Jardim ou Bossi, respectivamente; ainda outros, nascidos da crise ou do esgotamento dos sistemas partidários mais recentes, como Berlusconi e Santana Lopes; e, finalmente, populismos alimentados por campanhas obsessivas sobre ameaças externas, como o praticado por G.W. Bush.

Estes populismos têm em comum a obsessão pela comunicação social, porque dependem da imagem mais do que da proposta. Os modos tradicionais do discurso político, baseados na representação difusa dos outros, são cada vez mais substituídos pela representação teatralizada dos ícones. A democracia, que tendia a ser diminuída e reduzida à representação, ainda remetia para o pluralismo e para o confronto. Mas com a ascensão dos populismos ao poder, o discurso político afirma-se como único e desconflitualizado por via do seu ficcionamento intensivo: actores, acontecimentos e universos mitológicos são o novo modo de intermediação que substitui a “velha política”. O discurso da política é tomado e condicionado pela linguagem do vídeo, pelo entretenimento e frenesim publicitário e mesmo pela construção alucinogénea de imagens que fazem e refazem os protagonistas. Projecta-se assim uma nova intensidade da política que oculta a sua monopolização efectiva por via das representações que alimentam o populismo mediático. A informação é então contaminada por discursos obsessivos sobre temas sucessivos, sem consequência. Em particular, o populismo mediático tenta reduzir a política a uma arma de distração massiva.

Na era em que a informação deveria ser um meio de acesso a um conhecimento mais democratizado, o populismo instrumentaliza-a como forma de dominação e alienação à sombra da qual o autoritarismo das políticas se constrói sobre uma garantia de consenso passivo. Foi assim que Berlusconi ergueu o seu poder e que Santana Lopes procurou sobreviver.

No entanto, precisamente porque existe um antagonismo social difuso mas generalizado contra as opções civilizacionais da globalização neo-liberal, também as derivas populistas são confrontadas com contradições que as esgotam: o efeito de saturação destrói a credibilidade dos ícones populistas e a dimensão multifacetada da crise, reforça a reivindicação da política como democracia cidadã.

A desagregação do populismo em Portugal, com o colapso do governo Santana Lopes-Paulo Portas, remetido nas eleições legislativas de Fevereiro de 2005 à mais grave derrota da direita nos últimos trinta anos, abre agora um novo ciclo de recomposição política. Punido pela política que provocou o aumento massivo do desemprego e o aumento da pobreza, em nome das necessidades de uma consolidação orçamental que se revelou uma fraude, o governo das direitas foi justa e profundamente castigado nas eleições de Fevereiro de 2005.

# III

## *Uma política socialista para mudar Portugal*

*Depois de uma longa fase de modernização conservadora, de Cavaco Silva a António Guterres, predominou, com a coligação PSD-PP, a ofensiva liberal. A nova maioria absoluta PS promete o continuismo nas políticas económicas e financeiras e não a mudança que é decisiva - em primeiro lugar nas políticas de emprego.*

**TESE 8**

### **ARGUMENTO 8:**

### **DA AVENTURA POPULISTA AO BLOCO CENTRAL DE UM SÓ PARTIDO, PREDOMINA O CONTINUISMO**

Portugal tem, na Europa, uma característica única. A revolução foi a condição para a derrota do sistema social imposto pelos longos anos da ditadura, presa na teia do seu Império moribundo, e perdurada, no início do último quartel do século XX, numa Europa em mutação e num mundo onde já não havia lugar para Salazar ou Caetano. A revolução constituiu, assim, o código genético da democracia.

A “normalização” que se lhe seguiu, ancorada em sucessivas revisões constitucionais e contra-reformas legislativas, conformou o arco social e político que promoveu uma agressiva reacção contra o 25 de Abril e, ao longo dos anos oitenta e noventa, a continuação do ataque às suas conquistas. A “normalização” configurou sempre uma modernização conservadora disputando a herança genética da revolução e procurando destroçar as formas de acção que protagonizam e aspiram a uma modernização democrática consistente com os direitos sociais.

O país mudou muito e mudou depressa. A escolarização, a urbanização, o ascenso dos serviços ligados à produção ou à expansão das responsabilidades estatais, a lenta transformação do estatuto das mulheres, a evolução das formas de representação, de comunicação e de organização, transformaram o país. O 25 de Abril foi o grande acelerador dessa mudança e, sobretudo, determinou um novo protagonista social, com a emergência das mobilizações populares.

Mas o processo de modernização, apoiado no reforço das instituições do Estado contra a acção social, foi predominantemente conservador. Este processo procura preservar tanto quanto possível as formas anteriores de hierarquia social e promoveu um processo de acumulação baseado em custos salariais baixos, protecção económica e drenagem dos financiamentos e subsídios europeus, o novo ouro do Brasil, para os grandes ganhadores deste longo período: o sistema financeiro e a construção civil.

As formas de poder, as alianças sociais e mesmo os partidos políticos dominantes no início do século XXI são os definidos por estas duas décadas de modernização conservadora. Mas esse ciclo político concluiu-se com a com a coligação populista das direitas que agora foi derrotada nas urnas.

Os partidos políticos da modernização conservadora foram transformados pela vaga de destruição social que, desde a recessão de 2002 e 2003, promoveram. A modernização liberal impôs o domínio do populismo no PSD e constituiu, já, uma expressão da crise política do regime. Em consequência da ilegitimidade do último governo da coligação e do seu rápido desgaste, Cavaco Silva iniciou a afirmação da sua candidatura presidencial demarcando-se estrategicamente do seu próprio partido, o que agravou ainda mais a instabilidade do governo. Finalmente, este desagregou-se e implodiu. A crise do populismo foi a fase terminal da coligação PSD-PP.

O espaço aberto ao centro foi aproveitado pelo PS, que conseguiu a maioria absoluta. As várias direcções social-democratas do PS sempre capitalizaram aspirações e interesses contraditórios, do capital que desejava estabilidade aos eleitores e eleitoras que ansiavam por algum sossego social. Muitos

destes últimos esperam dos socialistas a reconstituição do emprego, a melhoria dos salários e serviços públicos que cumpram mínimos de qualidade.

A maioria absoluta PS não está em condições de satisfazer expectativas tão distintas quantas as que nela apostaram. A continuidade de políticas de austeridade orçamental são, como se verificou nos últimos anos, bem diversas do rigor das contas públicas e convivem com a perversa cosmética do caminho para o “défice zero”. Ao recusar revogar o Código Laboral e a Lei de Bases da Segurança Social imposta por Bagão Félix, ou abdicando de interromper os processos dos Hospitais PPP em Loures, Cascais e Braga, o governo de José Sócrates sublinha os sinais continuidade quando se exigia, pelo contrário, a coragem da mudança.

Ao fim deste mandato do governo das direitas, os resultados da ofensiva destruidora são visíveis:

- Mais de milhão e meio de pessoas está abrangida pelos sistemas privados de saúde, enquanto as despesas das famílias com os medicamentos continuam a aumentar;

- Em 2004, só cerca de 600 mil trabalhadores estão abrangidos por um Contrato Colectivo, ao passo que em 2003 eram ainda mais de um milhão e meio – com a entrada em vigor do Código Bagão Félix e a caducidade dos CCTs, mais de novecentos mil trabalhadores perderam o direito à protecção do contrato. Um em cada nove trabalhadores tem contrato; os outros oito dependem das regras definidas pelo patronato, ou são precários, ou vivem a recibos verdes, ou estão simplesmente na economia paralela ou clandestinos.

- A fraude fiscal aumenta: o número de ricos (mais de 250 mil euros/ano) reduziu-se de 26 mil em 2001 para 2 mil em 2004; o número de empresas que não pagam IRC ultrapassa as 200 mil.

O Bloco de Esquerda será naturalmente oposição a este continuísmo e, em consequência, será oposição clara ao governo PS. Confrontará o governo com propostas que construam maiorias sociais de mudança em nome de uma alternativa socialista ao atraso nacional. Combaterá as políticas neo-liberais e conservadoras. A contestação social e a construção de alianças sociais alargadas, articulada com a oposição firme dos deputados do BE no parlamento, constituirão os caminhos para a abertura de novas alternativas transformadoras.

**TESE 9** *O Bloco de Esquerda é uma força anti-capitalista com crescente expressão social em Portugal. A nova esquerda é uma força emancipatória contra a exploração do trabalho, a desigualdade social e a pilhagem dos recursos públicos.*

**ARGUMENTO 9:**

**O BLOCO APRESENTA-SE COMO ALTERNATIVA PARA A SOCIEDADE, COM UM PROGRAMA CONCRETO DE PRIORIDADES PARA RESPONDER À CRISE NACIONAL E EUROPEIA**

O capitalismo contemporâneo afirma a autonomia do mercado em relação à própria produção e ao quadro nacional ou regional em que se desenvolve, acentuando assim a precarização do trabalho, a desterritorialização da empresa e o aumento do peso do capital especulativo. Por outro lado, estende o campo da acumulação à gestão e futura privatização dos serviços públicos, que quer transformar em novos mercados de procura inesgotável, custos garantidos pelo erário público e lucros que resultam de um poder sem limites sobre o consumidor.

A estratégia, em Portugal, tem um alvo imediato: a saúde pública, onde a possibilidade de combinar lucrativamente as receitas que decorrem do Orçamento de Estado com as transferências dos utentes, é quase infinita. Mas na mira está ainda a apropriação privada dos descontos sociais dos rendimentos médios e altos, usando-os para garantir a expansão dos processos de especulação financeira. Os governos Durão Barroso-Paulo Portas e Santana Lopes-Paulo Portas priorizaram precisamente estes dois domínios, desenvolvendo algumas medidas que já tinham sido iniciadas pelos governos de António Guterres. O paradoxo não poderia ser maior: o mais liberal e selvagem dos capitalismos é, na realidade, o mais proteccionista. Com as receitas fiscais pagando as dízimas às empresas a quem entrega a gestão dos serviços públicos, não é difícil ser-se capitalista...

Os trabalhadores acabam por ser duplamente explorados: directamente por via do seu trabalho; e indirectamente por via da anulação das contrapartidas dos seus impostos. Mais ainda do que a pres-

são sobre o salário directo, é sobre a redução do salário indirecto que incide a apropriação privada dos recursos públicos.

O Bloco de Esquerda contrapõe a esta política – que usará todos os meios ao seu alcance para que o governo PS a prossiga - duas respostas fundamentais que definem a esquerda que é necessária.

Em primeiro lugar, a defesa e o desenvolvimento dos serviços públicos de qualidade. Serviço nacional de saúde e escola pública de qualidade, gratuitos, universais e eficientes, são condição fundamental da democracia que se baseia em bens comuns e responsabilidades colectivas. Bens essenciais, como a água, não devem ser um negócio. E reservas tão importantes como a energia, devem ser nacionalizadas, de modo a que o país possa diminuir radicalmente os seus níveis de dependência.

Em segundo lugar, a política socialista que o Bloco de Esquerda representa exprimirá, nas suas propostas, uma alternativa civilizacional. Onde o Trabalho, que gera a riqueza, seja protagonista da política, e o lugar de trabalho seja um território da democracia. Onde a identidade Feminista se afirme, não só como factor de igualdade na sociedade, mas subjectividade com influência em todos os domínios da vida social. Onde a Paz, além de um sistema de valores, constitua uma cultura da participação e da cidadania e também a política do Estado. Onde a ecologia se não resuma à defesa de um ambiente mais são, mas se afirme como estratégia capaz de informar todas as políticas de desenvolvimento e determine comportamentos sociais e privados em ruptura com o desperdício, o consumismo e o individualismo. Onde a Imigração deixe de ser uma reserva descartável de mão-de-obra, mas o alfa e o ómega da decência da política nacional e europeia para uma cidadania plena, equilibrada por políticas sérias de cooperação e apoio ao desenvolvimento no Terceiro Mundo. E onde a aprendizagem ao longo da vida, a literacia, o conhecimento e a cultura, sejam a mola propulsora de um novo modelo de desenvolvimento.

Portugal precisa de uma aliança social maioritária portadora de uma dinâmica transformadora que responda aos grandes problemas do país. Essa é a esperança, o movimento emancipatório que pode criar uma direcção alternativa ao fracasso clamoroso das elites dominantes em Portugal. Só com essa maioria, por essa maioria e a partir dessa maioria, se pode alicerçar uma estratégia vencedora.

Em seu nome, o Bloco manterá a política que anunciou durante a campanha eleitoral: oposição clara e alternativa global, máximo confronto contra tudo o que mantenha ou agrave as dificuldades na vida das pessoas, máxima convergência pontual em tudo o que melhore a vida das pessoas

Assim, o Bloco bater-se-á pelas medidas mais urgentes que correspondem ao seu compromisso

eleitoral (revogação do Código Laboral e política da emprego, despenalização do aborto, reintegração dos hospitais SA no sector público administrativo, revisão do PEC, abolição do segredo bancário, legalização dos imigrantes, suspensão dos exames do 9º ano, abrir o acesso à Internet e desconcentração da Comunicação social, limitar o uso da prisão preventiva e facilitar o acesso à justiça).

O Bloco continuará a sua intervenção pelo desenvolvimento de medidas de prevenção e de redução da toxicod dependência, no sentido da instalação de salas de chuto nas prisões, bem como da separação de mercados com a legalização das drogas leves.

E articulará essas propostas com intervenção em três outras áreas de aprofundamento da democracia: a descentralização para combater as desigualdades no território, os direitos dos imigrantes para combater a injustiça, e uma política emancipatória contra todas as discriminações.

A descentralização, criando responsabilidades democráticas, é a resposta à manipulação dos poderes locais que o governo PSD-PP produziu. Em alternativa, impõe-se a criação de comunidades territoriais com órgãos eleitos e com competências supra-municipais a partir das actuais regiões plano, e a ampliação dos poderes das assembleias municipais, nomeadamente em questões orçamentais.

A defesa da legalização dos imigrantes e de uma nova lei da nacionalidade, que reconheça o princípio do solo, atribuindo a nacionalidade portuguesa aos nascidos em Portugal, responde à perseguição e marginalização de uma parte dos trabalhadores e constitui a resposta mínima para a afirmação de um direito universal.

A política emancipatória inclui igualmente a cultura da paridade entre homens e mulheres, e o respeito e reconhecimento da identidade das diferenças. A livre escolha da orientação sexual é reclamada pelo Bloco de Esquerda como um património fundamental da esquerda moderna porque a cidadania não procura a indiferença ante a diferença, antes exige o seu reconhecimento.

*O objectivo estratégico do Bloco de Esquerda é a luta pelo socialismo, e este exige a conquista da maioria social através de uma profunda modernização e recomposição no campo popular da esquerda.*

**TESE 10**

**ARGUMENTO 10:**

**A RECOMPOSIÇÃO DA ESQUERDA TEM COMO OBJECTIVO CRIAR UMA NOVA MAIORIA PARA DIRIGIR O PAÍS**

Nos seus cinco anos de existência, o Bloco alcançou o objectivo principal de transformar o mapa político do país, em particular da esquerda, acrescentando-lhe alternatividade e energia nos grandes combates políticos.

No seu primeiro mandato parlamentar (1999-2002), o Bloco contribuiu para a descriminalização do consumo de drogas e para uma nova política em matéria de toxicoddependência; deu resposta à violência doméstica contra as mulheres; e conseguiu maiorias para assuntos tão diversos como a divulgação da pílula do dia seguinte ou a redução dos abusos com os contratos a prazo. No seu segundo mandato (2002-2005), o Bloco foi ainda determinante para a legalização das medicinas alternativas e para uma lei-quadro sobre a informação genética em Portugal.

Para lá da actividade parlamentar, o Bloco foi uma força dinâmica nas lutas contra os julgamentos de mulheres por aborto, o aumento das propinas, a Lei Santana para as rendas de casa, e ainda em propostas concretas para a reforma fiscal e as políticas sociais. O Bloco foi ainda importante para a realização do primeiro Fórum Social Português, para o desenvolvimento de novas propostas e práticas sindicais e corrente influente e unitária no movimento contra a guerra de ocupação do Iraque.

Na oposição ao governo Guterres ou no combate ao governo das direitas, o Bloco manteve sempre o rumo, procurando dinâmicas que transformassem a esquerda. Essa mudança está em curso, como se verificou com os resultados eleitorais de Fevereiro de 2005. Mas é precisamente essa responsabilidade acrescida que exige que o Bloco dê um novo passo, alargue a sua intervenção e se defina como alternativa para o país, como movimento político que disputa a confiança da maioria social. É uma trans-

formação de tal profundidade, que requer tempo, muita aprendizagem e muita convergência: renovar e transformar a esquerda de modo a que a política socialista e popular se torne nela maioritária: eis o novo objectivo essencial do Bloco de Esquerda.

A continuidade da política, tal como foi vivida nos últimos anos, conduziu a impasses sucessivos. Uma resposta socialista à crise decorre da constatação de que as elites dominantes e o seu modelo de desenvolvimento são incapazes de combater o atraso do país e são mesmo responsáveis por ele. Uma resposta social vencedora exige uma esquerda transformadora. Ora, o Partido Socialista mostrou, com a governação Guterres - que é a matriz do governo Sócrates - como conformismo, quando não a cumplicidade directa com o continuismo, geram futuras soluções de direita.

A esquerda estará sem alternativa enquanto a sua maioria aceitar o continuismo. A política do novo governo pode vir a usar a maioria absoluta no Parlamento contra a maioria social pela mudança nas políticas sociais. É, também por isso, necessária uma nova maioria para a esquerda. Uma nova esquerda é ainda necessária porque a tradição hegemónica é tributária de uma visão estratégica de partido que tutela hierarquicamente os sindicatos e define os movimentos sociais segundo as suas conveniências políticas. Essa tradição hegemónica e sectária é tão responsável pela afirmação do sindicalismo em Portugal quanto tem sido obstáculo à sua renovação, à aprendizagem com a diversidade e o pluralismo, ao reforço da combatividade e mesmo à sua capacidade para representar sectores que tendem a ficar fora do universo sindical, como os precários, os desempregados, os imigrantes e as mulheres.

A nova esquerda reclama a tradição de combatividade social de todos os movimentos que fizeram a história da resistência e da revolução do 25 de Abril e, por isso mesmo, quer alargar, modernizar e aprofundar esse combate. A contrapartida do hegemónico é o autoritarismo no interior dos movimentos e a recusa da democracia plural. Uma esquerda reduzida à nostalgia é, inevitavelmente, perdedora nos confrontos com a direita. Impedir o debate democrático em nome da razão burocrática enfraquece e esvazia a esquerda.

A transformação dos movimentos sociais é a condição, a base e a garantia de uma nova maioria na esquerda. Uma nova subjectividade política só pode emergir da aproximação, diálogo e contraposição entre culturas e experiências plurais. O Bloco tem consciência, no entanto, de que este processo está muito atrasado e enfrenta obstáculos difíceis.

A expressão de uma opinião pública exigente e mobilizada, de organizações sociais sectoriais consistentes e amplas em todos os níveis da sociedade - dos utentes dos serviços de saúde e de outros

serviços públicos, aos movimentos que reivindicam novos espaços de cidadania e cultura – é decisiva, porque o país tem uma enorme vulnerabilidade social que tende a reduzir todos os debates às instâncias do político, e sobretudo à política institucional.

A recomposição das capacidades de organização social, a construção de referenciais ganhadores que acumulem novas energias, determinará as condições da renovação política das esquerdas. Elas devem surgir prioritariamente em três sectores: no reforço do sindicalismo de base e das Comissões de Trabalhadores, como expressão organizada da democracia nas empresas e nos serviços; o desenvolvimento de movimentos cosmopolitas modernos, que integrem culturas diversas e estimulem a criação cultural, indispensáveis para uma vida urbana mais democrática; e, finalmente, a emergência de movimentos com autonomia e capacidade para criarem agendas próprias nos múltiplos territórios das identidades contra as discriminações, como o movimento LGBT ou o feminismo. O compromisso do Bloco de Esquerda com o feminismo decorre da sua compreensão do carácter específico da opressão da mulher na sociedade capitalista e da necessidade de um combate que, partindo da identidade de género, enfrente os preconceitos, a cultura discriminatória e as instituições que a perpetuam. O Bloco compromete-se com uma estratégia de apoio e de desenvolvimento de todas estas novas expressões da mutação da política.

**TESE 11** *O Bloco disputará as eleições municipais promovendo a apresentação de candidaturas de alternativa que sejam portadoras de propostas estratégicas para a vida nas cidades e para o desenvolvimento do mundo rural. Nas eleições presidenciais o Bloco promoverá uma candidatura própria, para alargar a clarificação na esquerda e a discussão acerca das grandes opções de futuro sobre o modelo de desenvolvimento e as políticas europeias.*

**ARGUMENTO 11:**

**O BLOCO APRESENTA ALTERNATIVAS  
NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS E PRESIDENCIAIS**

As eleições municipais serão um teste preliminar ao novo ciclo governamental que se abre com a derrota das direitas e com a substituição das suas lideranças. Essas eleições estarão justapostas ao início da campanha presidencial e ao debate sobre o Tratado Constitucional europeu. Assim, em todas as grandes cidades será necessário disputar as eleições com o objectivo de derrotar a direita, a par de um debate clarificador acerca das grandes opções estratégicas que se colocam ao país.

Em coerência, o Bloco apresentará em ambos os processos eleitorais as suas próprias alternativas. Sem excluir o eventual apoio a uma ou outra lista de cidadãos que seja o resultado, numa autarquia, de processos alargados de luta ou intervenção, ou de convergências na base de programas claros de alternativa, o Bloco promoverá listas próprias onde tal for possível. Apresentando a candidatura de milhares de mulheres e homens que se queiram mobilizar para aprofundar a derrota da direita e para a construção de plataformas de governo e de políticas de esquerda nas autarquias, o Bloco quer alargar substancialmente a sua rede local de eleitos.

A definição de uma política socialmente responsável para a revisão da Lei das Rendas – no sentido da proposta que apresentámos contra a política dos despejos e no sentido de promover o mercado de arrendamento a preços aceitáveis; e ainda a determinação das Agendas 21, instrumento fundamental para a defesa do ambiente e do desenvolvimento sustentável e para a participação e responsabilidade partilhada dos munícipes na gestão urbana, serão aspectos centrais dessa alternativa.

A defesa da transparência da gestão municipal e a recusa da privatização da água, dos serviços urbanos de limpeza ou outros, bem como da proliferação de empresas municipais para fugir ao controlo e fiscalização democráticos, serão ainda temas centrais nesta campanha. Finalmente, o Bloco proporá uma nova Lei das Finanças Locais que modifique as regras de financiamento das autarquias e reduza a dependência destas face à especulação e construção imobiliária. O Bloco apresenta-se às autarquias combatendo a corrupção e favorecendo a defesa dos munícipes com maiores carências estruturais e sociais.

Ao contrário da CDU, que esteve disponível para fazer parte de alianças com a direita na governação municipal de cidades tão importantes como Porto, Coimbra e Sintra, o Bloco só promoverá entendimentos à esquerda e com base de acordos programáticos concretos. E os vereadores BE desempenharão as suas tarefas em função do mandato dos eleitores e do respeito pelos compromissos assumidos na campanha. O Bloco criará uma Comissão Nacional Autárquica, com composição nacional a definir pela Mesa Nacional após as eleições locais.

Nas eleições presidenciais, o Bloco promoverá ou apoiará uma candidatura de alternativa que seja porta-voz de propostas acerca das grandes opções de futuro sobre o modelo de desenvolvimento e as políticas europeias, contribuindo assim para a clarificação das opções na esquerda. Essa candidatura alternativa é fundamental para criar debate, diálogo, combates e confiança na esquerda, e deve por isso conduzir uma campanha nacional de grande fôlego, que condicionará a agenda política durante o segundo semestre de 2005. A atitude a adoptar na segunda volta depende naturalmente das candidaturas que se apresentem, dos seus programas e das suas respostas sobre as grandes questões políticas e será decidida nas circunstâncias concretas pelo Bloco de Esquerda.

**TESE 12** *A construção do Bloco de Esquerda como corrente socialista de grande influência popular exige um nível superior de organização e de activismo de base. Eis a tarefa que decorre desta Convenção: criar uma nova cultura de organização, uma estrutura de trabalho descentralizada e eficiente, que responda à participação de milhares de aderentes. A condição para esse crescimento é a defesa do movimento como uma democracia plural, aberta à crítica e procurando aprender e viver nas lutas sociais.*

**ARGUMENTO 12:**

**O BLOCO É UMA ESQUERDA SOCIALISTA E POPULAR MAIS FORTE, COMPROMETIDA COM O ACTIVISMO E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL**

O Bloco propõe-se fazer o que é mais difícil: responder a uma crise de civilização, criando novas sintonias entre a esquerda política e os movimentos sociais, reconstruindo a capacidade de combate, de democracia, de diversidade e alternativa do campo popular.

A socialização destas novas culturas políticas, do movimento operário, das lutas contra a guerra, dos movimentos culturais, das afirmações identitárias, do cruzamento das diversas agendas políticas de uma esquerda europeia e global, tem uma condição: a defesa do movimento como uma democracia plural, aberta à crítica e procurando aprender, viver e representar as lutas sociais. O código genético do Bloco de Esquerda é o pluralismo e a abertura, e só assim pode assumir a responsabilidade de representar a vontade de centenas de milhares de pessoas. A primeira condição do crescimento do Bloco é a sua fidelidade a esta matriz original.

Para a construção do Bloco de Esquerda, como uma alternativa política para todos os que em oposição ao governo PS querem combater o desemprego, a precariedade laboral, a privatização do ensino, a exploração e opressão capitalista, é fundamental organizar na base os milhares de apoiantes jovens, estudantes e trabalhadores precários, trabalhadores, imigrantes, e demais activistas de movimentos sociais.

A organização e intervenção diária dos apoiantes do BE nas empresas, nas escolas, nos bairros, constituindo núcleos de intervenção organizada no movimento sindical, nas Comissões de Trabalhadores, no movimento estudantil e nas Associações de Estudantes, é a base sólida para a construção de uma alternativa política socialista e popular.

Mas a construção do Bloco de Esquerda como uma corrente socialista de grande influência popular exige igualmente uma mudança muito importante: o reforço e transformação profundo do nível de organização social e o alargamento massivo do activismo de base. Essa é a grande tarefa organizativa que decorre desta Convenção: criar uma nova cultura de organização, uma estrutura de trabalho descentralizada e eficiente que responda à participação de milhares de aderentes, como reforço das estruturas distritais e concelhias democraticamente eleitas, que respondam à participação de milhares de aderentes. No último ano, o Bloco deu alguns passos nesse sentido:

- Foi criado um novo instrumento de divulgação e de expressão pública do Bloco, com a publicação mensal do “Esquerda”;
- A organização de grandes campanhas nacionais, como a iniciativa para um novo referendo sobre o aborto ou por uma lei popular para a justiça fiscal, estimularam o trabalho de base sobre temas de clarificação política, e mostraram que o Bloco deve construir sempre uma presença pública crescente;
- A campanha eleitoral legislativa foi mais descentralizada, mais apoiada nas organizações distritais e mais profunda no trabalho popular;
- Usaram-se melhor os recursos para a comunicação, tanto os tempos de antena como o sítio da Internet, que tem uma função crescente na relação pública do Bloco.

No entanto, uma nova cultura de organização exige muito mais. Exige em primeiro lugar a criação de rotinas e responsabilidades de organização:

- A participação dos aderentes que constituem a rede de intervenção social do Bloco;
- A eleição, cada dois anos, das coordenadoras distritais e regionais, na base de discussão preparatória acerca das prioridades locais, em ano alternado com o da Convenção nacional;
- A responsabilização individual das pessoas eleitas por pelouros concretos, permitindo a clareza da prestação de contas e suporte do trabalho colectivo;
- A criação de um centro organizativo mais articulado para o apoio às regiões e a organização das iniciativas nacionais, reforçando os recursos humanos e materiais implicados directamente na organização distrital e regional e na coordenação das intervenções sociais;
- A criação de um sistema de direcção nacional que potencie a intervenção do Bloco, acrescentando à actividade parlamentar uma presença forte com campanhas estruturantes do trabalho social e iniciativas de divulgação e debate das propostas do Bloco. Para isso, a Mesa Nacional elege uma Comissão Política, de que dependem um Secretariado e uma Comissão de Organização.
- Na Comissão Política, serão definidos pelouros de organização, políticas e sectores sociais, comunicação, Parlamento, trabalho internacional, e ainda de coordenação, a ser assumida pelo primeiro subscritor da moção mais votada na Convenção. Não havendo cargos uninominais no Bloco de Esquerda, a responsabilização individual por pelouros concretos favorece a transparência da actividade dos organismos de direcção e portanto o seu trabalho colectivo.

Uma nova cultura de organização exige em segundo lugar, a criação de capacidades de inovação, surpresa e invenção, alargando as estruturas do Bloco à participação de todas e todos quantos podem e querem contribuir com mobilizações e com conhecimentos, procurando estimular a qualidade das contribuições de ideias e de práticas políticas. Essa qualidade é a condição para desenvolver as agendas políticas que vão marcar a vida do Bloco:

- A organização de campanhas políticas que marquem a identidade e a capacidade de diálogo do Bloco, nomeadamente nos referendos sobre o aborto e sobre o Tratado Europeu;
- O alargamento do Bloco, em primeiro lugar aos activistas sociais e a quem queira contribuir para a criação de uma nova esquerda, é a prioridade organizativa fundamental dos próximos anos. O Bloco deve ter por isso um funcionamento que estimule, permita e facilite a presença de muitos milhares de

mulheres e homens em todo o país, criando novas capacidades de direcção para as lutas sociais.

É dessa transformação e só dela que depende o avanço na solução da crise de direcção para a esquerda e para o país. É essa esquerda socialista, moderna, cosmopolita, popular e socialmente comprometida com um programa de alternativa que o Bloco quer constituir a partir de agora.





**Avenida Almirante Reis, 131, 2º**  
**1150-015 Lisboa**  
**Tel. 213 510 510**

**Rua da Torrinha, 151**  
**4050-611 Porto**  
**Tel 222 002 851**

**www.bloco.org**